

Filosofias da história e da religião

Editorial de seção temática

*Luís H. Dreher**

Os textos reunidos na “Seção Temática: Filosofias da História e da Religião” têm distinta proveniência, e foram redigidos para diferentes públicos e objetivos. Alguns remontam às contribuições de inscitos na Sessão do GT do mesmo nome por mim coordenado, e que foram apresentadas no XII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) ocorrido de 31/05 a 03/06 de 2011 em Juiz de Fora-MG. Outros foram enviados quer por cientistas da religião, quer por filósofos estabelecidos que, por mais abstratas que pareçam ser suas investigações, estabelecem uma relação mais ou menos definida com a pesquisa histórica e os juízos acerca de seu estatuto mais geral. Por fim, outros ainda são da autoria de mestres recém titulados, ou de doutorandos que buscam titular-se no futuro próximo. Comum a todos é que se ocupam competentemente, em primeiro lugar, de temas clássicos da filosofia da religião a partir de conhecimento suficiente das tradições históricas das religiões, especialmente mas não só, o cristianismo.

No todo, o conjunto completo de textos exhibe a tentativa – realizada com maior ou menor êxito, pois que com maior ou menor foco intencional – de articular reflexivamente, com base em objetos e fontes variáveis, as relações entre, por um lado, a(s) religião(ões) enquanto grandeza(s) histórica(s), e nesse sentido “positiva(s)”, pois que dado ou dados inegáveis da experiência humana mais ampla; e, por outro, as dimensões normativas ou de valor – também as que intervêm no trabalho cognitivo – presentes em toda a apreciação daquilo que se apresenta fenomenicamente, já por isso vindicando sua própria e digna particularidade.

Ora, a atenção às particularidades e ao seu valor intrínseco, mesmo à parte de qualquer estruturação narrativa ou explicativa elaborada e superveniente, perfaz parte não negligenciável da legitimidade do saber histórico. Pois antes mesmo de ser teoria científica, e antes mesmo de justificar-se como tal diante de quaisquer fóruns filosóficos ou epistemológicos, a história enquanto

* PhD pela Lutheran School of Theology at Chicago, com pós-doutorados nas universidades de Hamburgo e Halle-Wittenberg. Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: <luis.dreher@ufjf.edu.br>.

disciplina intelectual laboriosamente ausculta, antes que o valor de certas recorrências e constantes como tais, aquele das unicidades e das individualidades. “Cada época é imediata a Deus”, já dizia L. von Ranke, de certo modo trazendo à baila certa cumplicidade – cuja extensão por certo cabe a cada um definir – entre a pretensão típica das revelações religiosas e o valor próprio das individualidades históricas.

Entrementes, tal legitimidade do saber histórico, fundada como está na qualidade da apreciação descritiva das individualidades em visada diacrônica, está mais que estabelecida. Tal é o caso, provavelmente com força semelhante ou maior, na pesquisa histórica das religiões do que naquela de outras variáveis ou objetos dignos de consideração histórica. Arriscaria mesmo dizer que a história da(s) religião(ões), na medida em que se conduz com um grau suficiente de nitidez quanto a seu objeto próprio, é mesmo uma das frentes de resistência a um historicismo fácil que, sob o pretexto da análise desenfreada em prol da explicação emancipadora, não raro descuidou de pôr em relevo a vitalidade continuada, por mais que sujeita a cruciais transformações, do histórico-individual.

Assim, a história da(s) religião(ões), além de preservar seu valor intrínseco, é hoje componente prévio e indispensável de qualquer outra pesquisa teológica e científico-religiosa, mesmo, por exemplo, a que se dedique à subjetividade ou à psicologia religiosas. Tal diagnóstico se confirma quer a história das religiões seja conduzida e baseada nos métodos filológico-exegéticos e históricos clássicos, mormente na história intelectual, quer em abordagens mais recentes e já em parte “pós-modernas” – embora, às vezes, surpreendentemente prescritivas.

Mas voltemos à vizinhança mais imediata de nossa tarefa editorial. É sabido que especialmente a partir da modernidade entre os séculos 17 e 19 teve lugar toda uma reflexão filosófica e histórico-metodológica não só sobre o lugar e o valor da “religião” na história da humanidade (cristã-ocidental), mas também sobre o sentido e o estatuto da “história” como tais. Perguntas latentes como as seguintes foram guindadas à condição de objetos específicos da reflexão filosófica e metodológica: “É possível falar da unidade da história? Que relevância, se de todo alguma, tem a/uma religião para a unidade e sentido da história em geral? Existe uma diferença entre história universal e história da salvação? Existiria, aliás, uma história universal, e caso sim, como é possível à parte de uma visão

religiosa ou sua sucedânea? Que relevância, por outro lado, tem realmente a história para a religião? Terá relevância, por exemplo, apenas para as assim-chamadas religiões teístas ou ‘do livro?’”

Há ainda que adicionar a tal agregado – aqui desarticulado – de perguntas, doravante explícitas em ritmo gradativamente mais intenso e respondidas desde vários pontos de vista, o fato de que foram levantadas num contexto de deslegitimação – e de intentos de relegitimação – das religiões, especialmente do cristianismo no Ocidente. Não por acaso, a história, não só enquanto disciplina, mas também como esfera teleologicamente unificadora dos significados humanos – logo: como *Historie* e como *Geschichte* –, fez-se presente como ferramenta em ambos os lados do mesmo processo. É o que se pode bem depreender, por exemplo, dos usos ambivalentes da história pelas Luzes ou pelos românticos que a elas reagiram.

Já passando ao ponto propriamente visado, objeto direto deste Editorial e frente ao qual o último deve tornar-se supérfluo: cada um a sua maneira, os artigos a seguir se engajam, direta ou indiretamente, com uma ou mais destas perguntas e com a recepção das respostas a elas propostas, especialmente na modernidade. Alguns enfocam problemas específicos da modernidade ocidental ao longo de eixos históricos mais duradouros, desdobrados desde a Idade Média tardia, o Renascimento/a Reforma e o advento do racionalismo e empirismos modernos.

Nestes problemas, como o da *moderna teologia política* – vide o magistral artigo de Michel Despland – ou o da *secularização* numa de suas leituras peculiares – vide a perspicaz contribuição de Jose C. A. de Souza, que se engaja sobretudo com a obra de H. Blumenberg –, fica clara a intervenção e reconfiguração mútuas do religioso e do histórico no interior de modelos que se poderia designar de conceituais-abstratos ou teórico-filosóficos: quer filosófico-religiosos, quer filosófico-históricos, ou ambos. Uma vez pressupostos estes eixos mais gerais de desdobramento histórico-intelectual e histórico-social, os estudos de temas e autores concretos que se seguem sugerem correções, reposicionamentos e/ou repercussões metodológicas mais gerais para filosofias da história e da religião em construção.

Com suas características próprias, que revelam teores mais especulativos e estilos marcadamente técnico-filosóficos, as contribuições de Ednilson Turozi

de Oliveira e Domenico Costella nos propõem um “choque de estranheza”. Confrontam o pesquisador da religião e sua história com reações filosóficas gestadas já tardiamente, no século XX. Ambas supõem uma apreciação peculiar, positiva porém algo reticente, da interrelação mútua de história e religião. Ao leitor atento será possível divisar que as propostas de Lonergan e Duméry, respectivamente em vertente metafísica e fenomenológica, demonstram a necessidade de mediar entre uma consideração histórica e outra filosófica da religião – não por último com o fito de fazer jus à vitalidade e individualidade próprias da religião vivida.

Dando novamente vários e largos passos atrás no tempo, os quatro textos seguintes nos oferecem – agora em estrita ordem cronológica – considerações profundas sobre aspectos relevantes da obra de autores que desde o século XVII se posicionaram quanto ao caráter da interrelação entre história e religião. Comum a todos eles é o fato de que ainda não conhecem, em sua virulência, os problemas típicos do historicismo, ou da posterior e dele tributária concentração da análise dos materiais históricos a partir das relatividades e das contingências, de estruturações tanto contingentes quanto exclusivas do “poder” e da “linguagem”/“cultura”. Quer se achem, pois, no bojo da modernidade ainda em gestação ou já em vias de alcançar sua madurez, todos eles mais ou menos entreveem, na história vivida e interpretada, uma base segura para ancorar as certezas que, ainda que abaladas em meio às tentações da contradição cética, são típicas da religião. (A única exceção a esta regra será mencionada por último.)

O que varia, fundamentalmente, é antes a forma da vivência e os códigos da interpretação religiosa da história em cada caso – mas também da interpretação histórica da religião, especialmente, como na análise de Schleiermacher e Otto, se mantido o conceito de “revelação” particular, embora reconfigurado como unicidade inefável e produtiva e não mais como irrupção de descontinuidades supraistóricas, absolutas.

O padrão geral pode ser entrevisto, à parte da riqueza de detalhes e profundidade do tratamento, nos textos de Humberto S. Coelho, Davison S. de Oliveira e Alexandro Souza. Se o primeiro apresenta a leitura místico-religiosa da natureza, da ciência e da história proposta por J. Böhme; e se o segundo nos apresenta a coimbricação entre produtiva individualidade histórica e religiosa a

partir de F. D. E. Schleiermacher; o terceiro nos brinda com uma exposição da obra de R. Otto na qual se demonstra que a busca por regularidades e especificidades na história das religiões não incorre simplesmente em prejuízo das características individuais das variadas tradições.

Uma exceção à regra vem à baila na contribuição de Ladimir R. Petrich. Com extrema competência, ela vem mostrar-nos que, com A. Schopenhauer, a busca filosófica da verdade implica a dissociação final entre religião – aqui, em seu escasso núcleo válido: como verdade metafísica – e história. As religiões orientais, por exemplo, teriam bem mais consciência de que a história é unicamente espaço de finitude e sofrimento, nunca de redenção. Desta posição valorativa central emergem, pois, tanto a filosofia da religião como a filosofia negativa da história em Schopenhauer.

Em suma: no final deste breve apanhado próprio da missão editorial, creio ter-me eximido da tarefa, sempre algo ingrata, de exhibir nexos mais ou menos comuns e necessários em meio à riqueza das diversas contribuições ora incluídas. À parte disso, elas são exemplos aptos do valor das unicidades e individualidades que, juntos, reconhecemos alhures: na variegada vida histórica e trajetória espiritual das religiões.